



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

COMO AS DEFINIÇÕES DE RAÇA E SEXO FORAM/SÃO DETERMINANTES PARA ENTENDERMOS O QUE É SER MULHER NEGRA E O SEU LUGAR NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Antônia Viviane Silva ¹
Larissa Feitosa Sousa ²
Iara Vanessa Fraga de Santana ³

RESUMO

O trabalho tem por objetivo aprender e dialogar como as definições de raça e sexo que foram/são determinantes na condição de existência da mulher negra na realidade brasileira. A escrita do trabalho resultou da disciplina de Relações Étnico Raciais e o Serviço Social no Brasil, ofertada como optativa no curso de graduação de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). A natureza da pesquisa foi qualitativa, utilizou o recurso metodológico bibliográfico afrocentrado, priorizando os saberes da literatura do feminismo negro, dentre elas: CARNEIRO (1993); GONZALEZ (1984) e MADEIRA (2022). Nosso interesse foi desvendar como esses determinantes contribuíram e ainda contribuem para a submissão e inferiorização das mulheres negras, negando-as condições de vida digna, que perpassam por terem acesso, quais sejam: moradia, alimentação, saúde, educação, etc. A pesquisa confirmou que nosso corpo não se limitou a ocupar os espaços subalternizados e ousamos adentrar e permanecer nos espaços que antes eram apenas ocupados pelo homem branco. O movimento do feminismo negro assume como prioridade a luta antixista e antirracista, dentre outras bandeiras de lutas que afetam a comunidade negra. Mesmo com todas as "conquistas" da população negra no país, em particular da mulher negra, ainda continuaremos lutando, pois "enquanto não formos todas totalmente livres das opressões, nenhuma mulher negra será completamente livre".

Palavras-chave: Sexo; Raça; Mulher Negra; Sociedade Brasileira.

INTRODUÇÃO

O trabalho versa sobre os determinantes de sexo e raça na constituição da Mulher Negra. Muitas feministas negras abordam a temática, e com elas iremos percorrer as definições dadas a esse corpo. Essas intelectuais colocaram-se no movimento de desconstrução e construção da identidade da Mulher Negra, porém, esse processo não foi fácil, foi/é de sofrimento e dor, por todo projeto de branqueamento e apagamento que passamos, mas também de muita alegria e gratidão, por todos os caminhos abertos pelas nossas ancestrais. Nesse caminhar com as Mulheres Negras que o nosso trabalho se propõe a percorrer.

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social da da Universidade Estadual - UE, antonia.viviane@aluno.uece.br;

² Graduanda do Curso de Serviço Social da da Universidade Estadual - UE, feitosa.sousa@aluno.uece.br ;

³ Doutora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual - UE, iara.santana@uece.br;



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Para além da introdução e metodologia, teremos dois tópicos no desenvolvimento, que são: A constituição de raça e sexo como determinantes e Ser Mulher Negra, respectivamente. Por fim, nas considerações finais destacaremos a importância do movimento do feminista negro, para aceitação e valorização da nossa condição de Mulheres Negras.

METODOLOGIA

A proposta dialógica do artigo é imbuída pelo profundo desejo de conhecer como os determinantes de raça e sexo constituíram a identidade da Mulher Negra. A natureza da pesquisa foi qualitativa, utilizou o recurso metodológico bibliográfico afrocentrado, priorizando os saberes da literatura do feminismo negro, dentre elas: CARNEIRO (1993); GONZALEZ (1984) e MADEIRA (2022).

O objetivo do estudo vem como proposta de trabalho da disciplina de Relações Étnico Raciais e o Serviço Social no Brasil, ofertada como optativa no curso de graduação de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Para além do cumprimento da atividade proposta pela docente, a materialização deste artigo vem do movimento de desconstrução e construção da identidade das próprias pesquisadoras.

Para darmos ênfase qual corpo estamos identificando e evidenciando, usaremos as palavras Mulher Negra, com letras iniciais maiúsculas, demarcando a viabilização dos nossos corpos como sujeitas, como pessoas humanas. Destacamos que as palavras "Mulher Negra" mencionadas ao longo do texto, referem-se sempre a uma comunidade/grupo populacional, e não um indivíduo unitário/individual.

A CONSTITUIÇÃO DE RAÇA E SEXO COMO DETERMINANTES

Ao pensarmos na definição identitária que a sociedade construiu da Mulher Negra, temos dois fatores principais, ou como preferimos denominá-los como determinantes. Um deles é o fator biológico, que define por características biológicas o que é ser Mulher, e o outro fator é o racial, que determina por critérios também biológicos como Negra. Além desses, existem mais fatores que podem determinar o ser, ou melhor, a existência ou (re)existência desses corpos marcados por essas características inerentes a sua condição humana. Os fatores biológicos definiram as bases do sexismo e do racismo como determinantes na constituição do ser e existir dos indivíduos socialmente.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Carneiro⁴ (1993) traz a compreensão da identidade social como

[...] resultado de um processo histórico-cultural. Nascemos com uma definição biológica, ou seja, homens ou mulheres. Ou nascemos com uma definição racial: brancos ou negros. E sobre essas definições sexuais e raciais, se construirá uma identidade social para esses diferentes indivíduos, homens, mulheres, brancos e negros. E essa identidade social será construída a partir de elementos históricos, culturais, religiosos, e psicológicos. (CARNEIRO, 1993, p.9)

Para a autora o conjunto dos elementos sócio-histórico, cultural, religioso e psicológico constroem as definições do ser homem e do ser mulher, do ser negro e do ser branco na sociedade. Na sociedade brasileira as definições de ser humano estão alicerçadas no sistema colonialista, escravagistas e capitalistas. Sistemas de opressões que ao passar dos anos vão se transformando e se adaptando para continuarem perpetuando as condições de desumanização dos corpos, por meio da precarização da vida que vai além de submeter os corpos tidos como diferentes a condições degradantes, negando-os o acesso aos recursos básicos, como moradia, alimentação, educação, lazer, etc. Os sistemas de opressões possuem como características essenciais a lógica da exploração e da dominação em busca do lucro, sem interesse de garantir as necessidades básicas para a subsistência da vida humana.

Dentro das sociedades modernas os seres humanos foram definidos e classificados como: superiores e inferiores, racionais e irracionais, civilizados e incivilizados, humanos e inumanos. O padrão eurocêntrico foi usado como referência para determinar o padrão normativo e performativo que colocou o homem branco ocidental como superior, em detrimento das demais corporeidades⁵. O diferente é Outro (OYEWÙMÍ, 2021; CARNEIRO, 1993) invisibilizado, negado e depreciado.

Essa condição de inferioridade dos corpos, ou ausência de corpo, como a pensadora nigeriana Oyewùmi⁶ (2021), traz em sua obra “A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”, que diz:

A “ausência do corpo” tem sido uma pré-condição do pensamento racional. Mulheres, povos primitivos, judeus, africanos, pobres e todas aquelas pessoas qualificadas com o rótulo de “diferente”, em épocas históricas variadas, foram

⁴ Filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, Aparecida Sueli Carneiro Jacoel nasceu em São Paulo em 1950. É Doutora em Filosofia pela USP e fundadora do GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, sendo considerada uma das mais relevantes pensadoras do feminismo negro no Brasil. Para saber mais acesse: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>

⁵ O termo corporeidade é trabalhado segundo a compreensão de Gomes (2011) que diz: “entendida como o corpo em movimento, suas potencialidades, simbolismos e representações. Apesar de o Brasil ser uma sociedade marcada pela corporeidade como uma potente forma de expressão cultural, nem todos os corpos e seus sujeitos são vistos e tratados no mesmo patamar de igualdade. Nesse processo, o corpo negro ainda vive situações que exigem a superação da visão exótica e erótica que sobre ele recai, oriunda da violência escravista, alimentada pelo sexismo, pelo machismo e disseminada pelo racismo”. (p.48)

⁶ Cientista social, teórica e feminista nigeriana. Nasceu em Ògbómòsò, cidade situada no atual Estado de Oyo, na República da Nigéria. Para saber mais acesse: <https://www.ufrgs.br/africanas/oyeronke-oyewumi-1957/>



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

consideradas como corporalizadas, dominadas, portanto, pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas. Elas são o Outro, e o Outro é um corpo. (OYEWUMÍ, 2021, p. 30)

O pensamento e as práticas racistas que orientaram a formação da concepção humana ganhou o seu amadurecimento visceral na implantação da modernidade, com o projeto iluminista que alicerçou e legitimou quem poderia ser considerado humano ou não. Almeida⁷ (2019) nas primeiras páginas do seu livro “O que é racismo estrutural?” descreve o projeto de civilização e classificação do ser humano.

Podemos entender a partir do autor que na “nova” sociedade não havia espaço para aceitar o diferente/outro, estes, não reconhecidos/as como pessoas e muito menos foram considerados merecedores/as de serem respeitados/as na sua pluridiversidade de ser e existir. Destarte, foi suplantado o sistema racista, escravagista e colonialista como base nos pressupostos raciais.

Conforme a concepção de Almeida (2019)

O século XVIII e o projeto iluminista de transformação social deram impulso renovado à construção de um saber filosófico que tinha o homem como seu principal objeto. [...] Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo.

O iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, iria travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. [...] (ALMEIDA, 2019, p.18-20)

O autor continua discorrendo que a população haitiana lutou para possuir os mesmos direitos, liberdade e igualdade, assim como a população da Europa Ocidental. Todavia para este povo a condição de tornar-se livre e de ser considerados como iguais, não era permitido, não era aceito, pois estes, nem sequer eram considerados humanos, imagina possuírem direitos. Então, a farsa da propaganda de igualdade e liberdade foi derrubada.

Com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. [...] Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania. [...] As referências a “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje. (ALMEIDA, 2019, p.18-20)

⁷ Advogado, professor e escritor atuará na promoção de direitos, defesa e proteção da diversidade social brasileira. Atualmente é Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania. Para conhecer mais: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/conheca-o-perfil-do-novo-ministro-dos-direitos-humanos-e-da-cidadania-silvio-almeida>



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Na realidade brasileira foi implantado o projeto de democracia racial (ALMEIDA, 2019), fortalecendo a ideia que todos são iguais e que não há diferenças. A bela história contada para manter a maioria da população marginalizada e empobrecida no seu lugar de opressão e submissão, e não se revoltarem e nem buscarem mudanças. Até porque, a identidade brasileira foi criada como um povo mestiço, uma mistura de todas as raças, logo não existe distinção entre as pessoas brancas, negras e indígenas, apenas o mestiço, que caracteriza que no Brasil prevalece um só povo, uma única nação.

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. (ALMEIDA, , 2019, p.51-52)

Na particularidade brasileira diferente dos EUA negou a existência de pessoas negras. No Brasil criou-se o racismo velado e mascarado pelo mito da democracia racial. Por isso, aqui torna-se tão difícil enfrentar o racismo, pela suposição de que não existe. Colocando a população negra nos percentuais elevados em condição de marginalização, invisibilização e extermínio.

O diferente e desconhecido passa a ser sinônimo de inferioridade. Essa façanha, segundo Carneiro (1993), foi o grande problema criado pela cultura ocidental.

Isso tudo não seria problema se a diferença não fosse tida e vivida como inferioridade na cultura ocidental, o que implica em dizer que a identidade é também algo que se constrói em oposição a alguma coisa, pressupondo portanto, o outro. (CARNEIRO, 1993, p.9)

O mito religioso de Cam⁸ corroborou em conjunto com o racismo científico para fortalecer as bases do racismo estrutural. A reprodução de padrões normativos culturais sustentaram que as pessoas que possuíam a melanina mais escura eram sem almas e incapazes de desenvolver o pensamento racional, logo não poderiam tomar suas próprias decisões. Conforme o pensamento colonizador a condição dessas pessoas era de animais selvagens e

⁸ A primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo anti-negro. (MUNANGA, 2004, p.8)



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

perigosos, por isso deveriam ser dominados e tratados como tais. As concepções defendidas por essas vertentes foram e são usadas até hoje para justificar o genocídio da população negra, indígenas, lgbtqiapn+, e demais populações.

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2004, p.5).

Assim se construiu as bases que legitimaram todas as atrocidades daqueles que se diziam humanos, contra os que foram subjugados e considerados como inumanos. Depois dessa breve retomada de como raça e sexo foram/são construídos para classificar, coisificar e desumanizar corpos contra hegemônicos, passaremos a compreender como esses determinantes foram adensados sobre o corpo da Mulher Negra.

SER MULHER NEGRA

O grupo que estar mais exposto a dominação e a subalternização é o corpo do sexo feminino negro. Partimos dessa tese, não para nos colocar como lugar de coitadas, e criarmos sentimento de pena. O que se propõe é deixar explícito que “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, como fala Elza Soares (2002) em sua música intitulada “A Carne” que denuncia o sistema perverso e opressor dos corpos negros. A análise crítica da condição do povo negro vem como ação política nas letras das músicas da cantora Bia Ferreira, que canta a canção “Cota Não É Esmola” (2019), que relata a dureza do dia-a-dia da Mulher Negra que também tem o direito de estudar. O seu canto declama:

Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!
[...] Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Você vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
(FERREIRA, 2019)



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Antes de aprofundarmos sobre a Mulher Negra, vamos compreender o conceito sobre mulher, pois para entendermos como os determinantes de sexo e raça constituíram a mulher negra, precisamos entender qual grupo é denominado como mulher.

A mulher assim nomeada ou classificada, dentro das sociedades patriarcais, estará condicionada para assumir estereótipos pré estabelecidos por esse grupo opressor. A definição do ser mulher vem da oposição ao homem, assim como o ser negro em oposição ao ser branco. Tais oposições criadas e manipuladas conforme o poder dominante burguês branco patriarcal heteronormativo capitalista estabeleceram como a definição do que seria considerado como mulher, e como estas deveriam viver.

Carneiro (1993) salienta que as vertentes biológica, física, religiosa e cultural determinam a vida das mulheres no cotidiano.

Portanto, seja uma visão biológica, que define a mulher como inferior ao homem do ponto de vista da força física, seja numa visão religiosa que identifica a mulher como subproduto do homem; já que foi construída da costela de Adão; seja do ponto de vista cultural, que define um campo específico para a atividade feminina, e outro privilegiado para a atividade masculina, todos esses argumentos, na maioria pseudo-científicos, prestam-se a construir uma identidade negativa para a mulher, e assim justificar os diversos níveis de subordinação e opressão a que as mulheres estão submetidas e promover, nelas, a aceitação de um papel subordinado socialmente. (CARNEIRO, 1993, p.9)

No entanto, para nós - mulheres negras -, as definições de mulher não chegavam aos nossos corpos. Pois não éramos nem vistas como gente, pois nosso tom de pele determinava que poderíamos ser apenas objetos e serviçais. Ser reconhecida como mulher e negra era pedir o ilógico e o impossível dentro da sociedade racista sexista.

Hooks⁹ no seu livro “E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo” expressou o quanto raça e sexo determinou sua vida. Assim expõem: “A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher” (HOOKS, 2014, p. 12). Quando se fala “a palavra homens de facto refere-se apenas aos homens brancos, a palavra negros refere-se apenas aos homens negros e a palavra mulheres refere-se apenas às mulheres brancas” (HOOKS, 2014, p. 09).

Então, podemos entender que a definição de mulher só podia ser destinada ao grupo de mulheres brancas. As mulheres brancas eram “modelos introjetados de rainha do lar, do destino inexorável da maternidade, da restrição ao espaço doméstico familiar e o resgate de potencialidades abafadas ao longo de séculos de domínio pela ideologia machista e

⁹ Mulher negra, escritora, ensaísta, professora, teórica feminista e ativista antirracista afro-americana. Para saber mais acesse: <https://www.geledes.org.br/bell-hooks-o-legado-da-maior-pensadora-do-feminismo-do-seculo-21/>



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

patriarcal.” (CARNEIRO, 1993, p.10). Esse foi o modelo imposto para este grupo, e que lhes cabia romper, porém foi instituída a mulher branca como modelo privilegiado de ser mulher.

Já o corpo da Mulher Negra foi determinado para funções e lugares considerados inferiores e invisibilizados. A “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (Gonzalez, 1984, p.226). Quando voltamos um pouco no passado, podemos entender porque as ocupações de médicas, juízas, advogadas e professoras, dentre outras, não chegava para nós - Mulheres Negras - ocupar essas profissões. Isso porque os lugares que as Mulheres Negras ocuparam desde a escravidão colonial nas palavras de Gonzalez (1984) foram de “mulata, doméstica e mãe preta” (p.224), tais constituições são impregnadas ainda hoje na nossa cultura e no nosso subconsciente colonizado, nos condicionando aos lugares de superexploração, advindos desse passado escravocrata como herança colonial.

Em razão dessa construção sociohistórica étnicoracial, hoje, nós mulheres negras, permanecemos em lugares mal remunerados e desvalorizados. A professora Zelma Madeira¹⁰ adensa essa compreensão quando explicita que

Considerando os processos de produção, reprodução, exploração e expropriação, o campo da reprodução e expropriação tem a raça e o gênero designado, ou seja, as populações feminilizadas e racializadas. Não é sem nexo que no Brasil a maioria dos empregados domésticos, ocupação profissional marcada pela precarização das relações de trabalho, impregnada de servilismo e subalternidade, é composta de mulheres e negras. (MADEIRA, 2022, p.77)

Para compreender o ser Mulher Negra nessa realidade, a intelectual Carneiro (1993) vai ponderar que não é possível falar das opressões vividas por mulheres brancas e assemelhar as opressões vividas pelas mulheres negras. A autora denota que: “As mulheres negras advém de uma experiência histórica diferenciada, e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela teve e tem ainda na identidade das mulheres negras” (CARNEIRO, 1993, p.12).

Seguindo a compreensão de Carneiro (1993), as reivindicações das mulheres brancas não dão conta das opressões sofridas pelos corpos de mulheres negras. Por isso que o discurso das mulheres brancas, que todos sofremos do mesmo jeito (HOOKS, 2019), não nos

¹⁰ Maria Zelma de Araújo Madeira, mais conhecida como Professora Zelma Madeira. É Professora do Curso de Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará e Secretária Estadual de Igualdade Racial do Ceará (2022-atual). Mulher negra e referência de militante pelos direitos da comunidade negra no Estado Ceará. Para conhecer mais acesse em: <http://lattes.cnpq.br/1832498331579131>.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

contempla. Assim como as reivindicações dos homens negros, que passava por melhor remuneração e ocupação, não contemplava reivindicações das mulheres negras que trabalhavam em condições subumanas. Em ambos grupos as nossas necessidades não eram sequer ouvidas, conseqüentemente, não éramos nem vistas como seres humanos.

As Outras - nós Mulheres Negras - somos até hoje, intensamente atacadas, descartadas e anuladas. Podemos frisar que ainda hoje, mesmo com as conquistas de espaço e ocupação em cargos políticos, somos identificadas como diferentes/outras, incapazes de possuírem a racionalidade. Isso porque as nossas características fenotípicas, culturais e econômicas nos determinaram como incapazes e inferiores.

A intelectual Sueli Carneiro (1993) fez muitas indagações na busca de nos ajudar a entender a imagem idealizada de ser mulher, “afinal, que cara tem as mulheres deste país?” (CARNEIRO, 1993, p. 11). Ao fazer essa indagação, segue fazendo outras e responde a cada uma, para nos ajudar a perceber qual é o perfil da concepção de mulher empregada na sociedade brasileira, e que não define ou representa o que é ser Mulher Negra.

Na longa epígrafe a seguir, porém necessária, conheceremos quem se destina a definição da mulher brasileira, e porque essa denominação a nós torna-se dúbida.

Afinal, que cara tem as mulheres deste país?

Quando falamos do mito da fragilidade feminina que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

Nós mulheres negras fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque nunca foram tratadas como frágeis.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.

Hoje empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exportação.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando?

As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como as anti-musas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca.

Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher?

Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destinam a seguinte frase: “Exige-se boa aparência”.

Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando?

Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originária de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, este também um alienígena para a nossa cultura.

Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especificidade, porque o mito da democracia racial presente em todos nós torna



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

desnecessária a coleta da cor dos pacientes nos formulários da rede de saúde, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde. (CARNEIRO, 1993, p. 11-12. Grifo nosso)

Percebemos nas perguntas feitas por Sueli Carneiro a definição do que é ser mulher e do que é ser Mulher Negra, acentuado que não estamos contempladas no grupo denominado mulher, segundo o modelo introjetado socialmente. As lutas e conquistas das mulheres brancas, deixava as demandas das Mulheres Negras incivilizadas, consideradas menos importantes.

Uma das pautas das mulheres brancas era de conquistar o direito de trabalharem e de ter o mesmo salário do homem. Para nós nunca foi opção não trabalhar. O povo negro sempre foi obrigado a trabalhar, e em particular a Mulher Negra, que trabalhava na cozinha, no campo e na cama. O corpo da Mulher Negra nunca foi privado ou resguardado de nenhum mal, ao contrário, este corpo esteve/está para ser usado e violentado, livremente permitido. O nosso corpo conforme a lógica colonial racista era permitido ser explorado nos trabalhos braçais, serviços e sexuais, neste último, servia tanto para satisfazer o prazer sexual dos seus senhores como para reprodução de mais escravos e escravas. Foi retirada a nossa condição de humanidade, fomos/somos considerados meros objetos de uso, valioso até quando tínhamos utilidades, depois, descartados como lixo à própria sorte.

Em 1984 a intelectual Lélia Gonzalez¹¹ (1984) escreveu o texto “Sexismo e Racismo na cultura brasileira” que nos ajuda a entender os efeitos da cultura do racismo e sexismo que impregnam a consciência da população, causando inúmeras violências aos corpos que possuem esses marcadores. E afirma que a sociedade brasileira, branca e elitista, sofre com sintomas de neurose cultural, pois olvida o passado para manter seus privilégios. Segundo Gonzalez (1984), dependendo do nosso lugar na sociedade, podemos dizer que sentiremos, duplamente, o fenômeno do racismo e do sexismo.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224)

Silva¹² (2013), outra intelectual negra, que vem discutido no seu texto “Mulheres Negras, pobre e desigualdade de renda”, acerca dos condicionantes de raça e gênero que em

¹¹ Intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Para conhecer mais acessar: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>

¹² Pesquisadora com interesse em políticas públicas, políticas sociais, relações raciais. Para conhecer mais acessar: <https://www.escavador.com/sobre/9471585/tatiana-dias-silva>



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

conjunto são determinantes para os corpos da Mulheres Negras ocupam na hierarquia social, a classe social mais baixa, vindo a ser o grupo mais propenso a viver em situação de pobreza ou extrema pobreza. Destarte, os condicionantes raça e sexo, diminuem as possibilidades de existência. Nas palavras de Silva (2013),

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social. (SILVA, 2013, p.109).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento do Feminismo Negro vem contrapor o lugar de submissão e inferioridade, ou seja, o lugar de não existência da Mulher Negra. Assumimos ousar e não nos calar, não baixamos as nossas cabeças, mas seguimos com elas erguidas e lutando com as que nos antecederam e as que hoje estão na luta por um mundo livre das opressões, pois “pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos” (RIBEIRO, 2018, p.6).

No Brasil, por volta dos anos 70, o movimento feminista negro começa a se organizar puxando suas frentes de lutas, revidicando e propondo mudanças na estrutura social do país. “O movimento colocou a raça em evidência, revelando o racismo como determinante no processo de opressão, discriminação e exclusão das mulheres negras. **E enegreceu o lugar que ocupamos no gênero**”. (HOOKS, 2019, p. 9. Grifos nosso)

Mesmo sendo duplamente vitimizadas pela opressão sexista e racista (HOOKS, 2019, p.8), e por vezes a triplamente, vamos rompendo as barreiras, nos aquilombando e criando redes de fortalecimento. Conhecer os mecanismos de opressões para encontrarmos estratégias políticas de (re)existência, tornou-se o imperativo para nós. Com esta finalidade que nos colocamos a escrever este artigo, pois “se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também.” (EVARISTO, 2020, p.30).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Corporeidades negras em risco: o racismo acadêmico e seus afetos. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 7, p. 13-50, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

CARNEIRO, Sueli. **Identidade Feminina**. In. **Cadernos Geledés**. Nº4, 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Itaucultural, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2023.

FERREIRA, Bia. **Cota Não é Esmola**. YouTube, 29 de jan. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM>. Acessado em: 14 out. 2023.

SOARES, Elza. **A Carne**. YouTube, 3 de jul. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em: 14 out. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALEZ%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo**. 1ª edição 1981. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

_____. **Teoria feminista: da margem ao centro**. 1. ed., São Paulo: Perspectiva, 2019.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Avanços e desafios do debate sobre a questão racial no Serviço Social. **Revista Temporalis**, v. 22, n. 44, p. 75–90, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39047>. Acesso em: 14 out. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres Negras, Pobreza E Desigualdade De Renda. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 109-132, 2013. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/193>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoasDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1. ed - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.